

O PRINCÍPIO DO FIM DA III REPÚBLICA

OU

PORTUGAL A ESCAQUEIRAR-SE

23/1/24

Notícia de início de ano:

“O primeiro bebé do ano, português, nasceu na Suíça, o segundo em França e o terceiro na Alemanha. Dos nascidos em Portugal, o primeiro é brasileiro, o segundo paquistanês e o terceiro é senegalês.”

A Nação a escaqueirar-se...

Estamos a assistir em directo. Democraticamente, é claro, um âmbito, dizem, onde há sempre saídas e soluções. Até haver dinheiro, digo eu (não fora o dinheiro de Bruxelas, do FMI e similares e já a terceira república teria baqueado há muito...).

E tudo a desabar, curiosamente, no ano em que se comemoram os 50 anos dessa data – que os factos e algumas intenções, vieram a provar ser infausta – que os poderes públicos, os “media” e parte substancial da população têm como auspiciosa.¹

Santa “ingenuidade” ...

Mas Deus usa e abusa de escrever direito por linhas tortas.

Penso que não conseguirei escrever um texto suficientemente “duro” para descrever e acutilar o descalabro onde estamos postos, que é, em primeiro lugar, um descalabro moral e ético (de que apenas teremos consciência plena daqui a uns tempos). A sociedade envileceu-se, muitas pessoas envileceram, por falta de exemplo e da prática do Bem.

O sistema político, velho de 1820, que se mantém com nuances (algumas piores) desde então – salvo o intervalo do Estado Novo - nunca funcionou bem e não tem hipóteses de funcionar, pois não é conforme à natureza humana (leva tempo a explicar); e o sistema de partidos políticos que o sustenta (independentemente de ser em Monarquia ou República) é um desastre extenso e irreformável. Enquanto houver partidos políticos divididos por ideologias e interesses pessoais ou de grupo, jamais teremos País.

¹ As consequências do 25 de Abril deram origem à maior e mais vergonhosa derrota política, militar e social, de toda a História de Portugal. Alcácer-Quibir e o que se seguiu, incluídos.

Quando transversalmente aos partidos, ainda existem organizações “sem rosto” que tudo influenciam, sem darem a cara e se conhecer o que fazem, a situação é dramática, falsa e perigosíssima.

Quando finalmente o País fica dominado por interesses internacionalistas ou globalistas, é o fim anunciado da Nação Portuguesa. Haverá Estado (para já) mas a Nação será despedaçada.

Tudo o que descrevi acima existe em abundância em Portugal, do Minho ao Corvo. Nos restantes territórios que eram Portugal até há 50 anos (salvo Cabo Verde), a situação é muito pior e estão irreconhecíveis.

Não estou a exagerar e quem tem uma fotografia de conhecimento sobre o estado do país minimamente equilibrada e verdadeira, sabe que é assim.

Para se governar um país não é necessária ideologia, nem partidos políticos (e se não houver ideologia, à partida, não há sequer justificação para existirem), tão pouco basear decisões em votos de quem não está minimamente informado e preparado para decidir (vota-se sobre coisas que se dominam entre o conhecimento aproximado e a ignorância profunda). Além disso o País governou-se durante mais de 700 anos sem Partidos Políticos e conseguiu muitos melhores resultados. Os partidos políticos tiveram a sua época – por várias razões – mas há muito tempo que não têm ponta por onde se pegue. A Ciência Política parou, outrossim, no tempo.

Para governar é apenas necessário ser competente, honesto e se queremos continuar a ter um Estado-Nação, patriota. O resto é conversa fiada ou demagogia militante e, claro, interesse de grupo!

Um Estado – que não é mais do que a Nação (e os portugueses são, ainda, uma das raras Nações existentes no mundo), politicamente organizada, ou seja, o modelo político – adaptável conforme o evoluir da geopolítica e da tecnologia (e não mais do que isso), serve fundamentalmente para três coisas, cuja síntese há muito tempo foi intuída: a Segurança, a Justiça e o Bem-Estar, por esta ordem de hierarquia, logo de importância. Isto é, como melhorar o estágio de desenvolvimento (espiritual e material – a hierarquia dos termos também é importante) como comunidade, de fazê-lo necessariamente em segurança, sem o qual tudo é efémero. E aqui a noção de justiça é fundamental, pois a percepção da equidade é o que evita os conflitos e transmite uma sensação de equilíbrio e bem-estar. Tem sobretudo a ver com a distribuição da riqueza, a atribuição correcta do valimento pessoal e institucional, etc., no fundo a vitória do Bem sobre o Mal.

Dito ainda por outras palavras, a Nação dos Portugueses tem de encontrar, em cada época, a forma de organização de ser e estar, mais adequada à manutenção do

seu objectivo estratégico, primordial, por ser teleológico, de garantir a sua identidade e individualidade.

E, repito, para se garantir isto, não é preciso (antes pelo contrário), divisão de partidos; querelas ideológicas; preponderância de classes ou famílias; muito menos aderência a organizações mais ou menos discretas ou secretas, financeiras, económicas ou religiosas, etc., que, de alguma forma, possam condicionar os objectivos atrás enunciados.

Ora, neste momento, o Estado e a Nação Portuguesa, além de estarem com as suas crenças ou normas morais, abaladas – está até em deriva moral – estão completamente endividados para além de toda a conveniência, dependentes do exterior e em estado anímico de “eutanasia colectiva”. Não estou a exagerar.

O País está falido financeiramente (o Estado está falido, os bancos, as empresas, as instituições, as famílias estão maioritariamente falidas); o património, incluindo a “terra”, está a ser vendida para fora de mãos portuguesas e a população está em processo acelerado de ser substituída por outra, e em alineação da sua matriz cultural.

Desafio seja quem for a contrariar o que estou a afirmar.

As autarquias e os governos vivem da dívida; de “sacar” fundos europeus - que por norma desperdiçam - e da demagogia das promessas; da chicana e da mentira, apenas com o fito de ganharem votos para se manterem no poder. Ninguém sabe, quer, ou se atreve, a tentar resolver um problema grave que seja: a única coisa que sabem fazer é atirar dinheiro para cima dos problemas ou inventar grupos de trabalho para estudarem o assunto e criarem paletes de organismos para “observar”, “regular”, “supervisionar”, etc., que não servem para nada a não ser “épater le bourgeois” e para arranjar “tachos” para a sofreguidão insaciável da classe política e partidária.

O Estado, a única coisa para que tem servido, é para cobrar impostos e assegurar uma reforma, negócios e conhecimentos (para futuros negócios) a quem por lá passa. A noção de serviço público perdeu-se por completo. O Parlamento aumenta-se a ele próprio!

A hierarquia foi esbatida, logo não há autoridade mesmo depois que a vida política e social no País começou a estabilizar (depois do fim do Conselho da Revolução, em 1982), jamais houve paz social.

Nunca há acordo entre o “capital e o trabalho”.

Toda a legislação concernente às leis laborais e ao direito à greve está mal feita e permite toda a sorte de desmandos.

Os sindicatos devem ser organizações livres dos trabalhadores, não correias de transmissão de partidos políticos.

De sorte que, não estarei longe da verdade ao dizer que cerca de 50% dos funcionários públicos e das empresas estatizadas, passa os seus dias em greve ou de baixa.

A vida social e nas empresas é assim um desassossego constante; a actuação dos Partidos Políticos é a da "guerra civil" permanente e da maledicência diária, tudo acompanhado e ampliado pela comunicação social que em vez de informar, constantemente opina, comenta e adjectiva tudo o que se passa e, pior ainda, interfere constantemente na luta política e ideológica, o que não é da sua função. Assumem-se como o "Quarto Poder" que ninguém elegeu ou nomeou - mas todos tentam influir - distorcendo tudo o que se passa. O ruído é enorme e dura 24 horas por dia, em som, imagem, escrita, pelo telemóvel, por redes sociais, e em mensagens subliminares em todo o espectro.

Não admira que cada vez maior número de humanos desligue de tudo...

O desvairamento político e demagógico vai ao ponto de querer atribuir apenas direitos e nunca deveres (tirando o pagar impostos) - como aliás está num papiro "desajustado" que dá pelo nome de Constituição - como se uma qualquer sociedade pudesse subsistir apenas com uns (direitos) e dispensando os outros (deveres). Mais ainda, quando os direitos apenas deviam decorrer dos deveres cumpridos. Isto de querer que quem nasce tenha logo direito a tudo e mais alguma coisa é uma falácia, pois ninguém - que se saiba - pediu para nascer; tão pouco se sabe o que cá andamos (na terra) a fazer e porquê? E para sobrevivermos temos de comer, beber, vestir e calçar. O que por estranho que possa parecer, só se consegue penando e trabalhando.

Ora, hoje em dia, não há uma alminha, já nem falo dos filhos d'algo, que se atreva a "glorificar" o trabalho e a falar na necessidade da sua melhor prática, visando o tal bem-estar da tríade acima apontada. Aliás, até se deixou de falar em trabalhadores (os socialistas e os comunistas, gastaram o termo) substituíram-no por "colaboradores".

Ou seja, ninguém trabalha, todos colaboram. E de facto colaboram, na bagunça!

Ir de férias e tirar anos sabáticos é o que está a dar. Deve ser por isso que a Economia em Portugal passou a estar baseada no Turismo, o que é um erro básico e cujo desgoverno e exagero já está a causar numerosos inconvenientes. Quase se matou o caminho - de - ferro (por ausência de estratégia e influencia do "lobby" do transporte "TIR"); e reduziu-se a Marinha Mercante (e tudo o que se relacionasse com o Mar) á ínfima espécie. E não se atina há mais de 30 anos onde se construir um grande aeroporto. O melhor será, aliás, não o construir, o país deixou de ter dimensão que o justifique.

E para ficarmos por aqui no quadro de desgraças que constitui a realidade actual, para minorar a pobreza extrema distribuiu-se subsídios como se se estivesse a dar milho aos pombos, o que não resolve nenhum problema, mas alimenta a preguiça e

o vício e desresponsabiliza os incapazes. E permite que os políticos que estão nos governos partidários tenham sempre mais votos em caixa, que alimentam em tempos eleitorais, com o dinheiro sacado aos impostos de todos. Assim, em vez de se ensinar a pescar (e "obrigar" a pescar) e pagar bem a quem trabalha (não aos outros) distribui-se o que não se produz, e gastando na mesma o dinheiro, empurra-se as pessoas válidas para a emigração e abrem-se as fronteiras a toda a fauna que vive pelo mundo.

A imigração descontrolada e a bandalheira na atribuição da nacionalidade e a demografia negativa são a maior ameaça à Nação Portuguesa, apesar do que se ouve dizer em contrário (o que só revela a imbecilidade do emissor, caso não esconda interesses inconfessáveis).²

Vive-se na maior das irresponsabilidades e em crime permanente de lesa-Pátria.

Chegou-se assim ao descalabro deste último governo, ao ponto de ter caído tendo uma maioria absoluta, que é uma coisa rara de se conseguir em qualquer parte da galáxia!

E bem se pode dizer que saiu pela esquerda baixa, por indecente e má figura, após escândalos, incompetências e com alegada corrupção q. b., que expulsou do executivo 13 membros do governo, num curtíssimo espaço de tempo. Duvido que haja um caso semelhante em todo o mundo...

E a nota que mais sobressaiu durante todo o tempo foi uma espécie de hipocrisia contumaz nas relações entre o PR – que por sua vez, tem desqualificado a função presidencial e a ele próprio, pelo modo como se comporta -, o PM e o resto do País. Uma situação assaz lamentável e muito pouco recomendável.

O sistema de ensino é um descalabro extenso, ou seja, não prepara ninguém para a vida em nenhum âmbito: intelectual, físico, moral, psicológico, cívico, técnico, nada. As escolas são um antro de indisciplina, facilitismo, “taradices” ideológicas e sexuais, e experiências pedagógicas delirantes. O produto que resulta desta amálgama vai para a Universidade, que passou a ser primordialmente um negócio, cheia de más práticas entre docentes e onde lutam grupos políticos e ideológicos na busca de influência e poder. Procura do conhecimento, exigência, saber, excelência e espírito científico e académico, procuram-se por desaparecidos em parte incerta.

As funções de soberania estão completamente desprezadas e maltratadas, chegando-se à infâmia de terem substituído um símbolo nacional, no papel timbrado dos ministérios, por uma aberração estética, sendo que a justificação para tal, ainda é pior; as Forças Armadas estão em modo “de sobrevivência” e falta de consideração e só aguardam a nomeação, em ordem de serviço, de uma qualquer comissão

² A atribuição da nacionalidade às bebés brasileiras (que viviam no Brasil, e estavam lá a ser tratadas), para se poderem tratar no SNS, que envolveu um esquema de alegadas cunhas (que pelos vistos só o PR e o presidente da Conferência Episcopal é que não perceberam...), é disso o exemplo mais espantoso e lamentável.

liquidatária – não se ouvindo um protesto, um alerta, ou seja o que for, da hierarquia militar; do ministério da defesa nem falo, é um cancro infecto, como a última sucessão de processos judiciais prova à saciedade.

A diplomacia sem rumo, nem norte, em vez de prosseguir a sua patriótica missão, desde que foi criada, que é a de defender os objectivos nacionais permanentes da Nação Portuguesa e projectar a nossa maneira de ser e estar, para outros, passaram a andar enfeudados a ideologias e interesses partidários, gastando-se em projectos e causas secundárias; alienar soberania para interesses estranhos; colaborar em humilhações e desculpas inadequadas e fora de propósito ou em verdadeiras escabrosidades, como foi a recente atribuição de verba (e apoio moral) na construção de um museu em Luanda - cujo objectivo é dizer mal de Portugal e dos portugueses...

As Forças de Segurança, a que devia estar vedada qualquer actividade sindical já que a sua missão e estrutura é incompatível com tal prática, têm sido desprezadas (a GNR tem gozado da particularidade - como na I República - de ser elegida a defensora do Regime, em contraponto ao Exército - e pau para toda a obra) no sentido em que lhes retiraram a autoridade, existem preconceitos ideológicos quanto a elas, e tratam-nas pior do que aos criminosos, chegando ao ponto de passarem, por vezes, a ser bombos de festa. Os relatórios anuais sobre "segurança" nunca espelharam a realidade das coisas. E ter polícias a subir de repelão a escadaria que leva à AR, passou a ser considerado uma coisa normal...

O jornalismo é uma das actividades mais desqualificadas e os seus profissionais uns dos mais desacreditados no espectro social. Habitaram-se a serem mimados pelos políticos e não só, que lhes abanam o rabinho em busca de "boa imprensa" e se rebaixam a ser tratados com informalidades que não correspondem à prática social e cujas funções de todo desaconselham.

As empresas onde trabalham abrem falência? Como dizia o outro, é a vida. Daí a quererem que a actividade seja "nacionalizada", já entra despautério. Já bastou os 12 milhões que o PM Costa teve a ousadia de lhes conceder em tempo de "Covid". E afinal à pala de quê?

Porque o jornalismo é essencial à Democracia? Ora, ora, há muitas outras coisas essenciais à Democracia. E quem é que garante que os jornalistas são democratas? E que o exercício do jornalismo é democrata? Os jornalistas são, por acaso, proibidos de pertencerem a Partidos Políticos, a fim de garantirem minimamente serem isentos no modo como dão as notícias ou fazem entrevistas e reportagens?

Os militares (enquanto no activo) são os únicos que não podem fazer política ou ter opiniões políticas - por disporem de armas - tão pouco podem falar sobre uma quantidade de assuntos (e são os únicos que cumprem) mas os jornalistas já podem, mesmo dispondo das "armas" da pena, da câmara e do microfone?

Do Serviço Nacional de Saúde (que parece ser aquilo em que o respectivo ministério se esgota), julgo que não preciso de falar já que a descrição do seu estado comatoso, com que nos bombardeiam de hora a hora, nos últimos tempos o torna desnecessário. Mesmo assim ninguém fala que o SNS estava mal-habitado pois também vivia da dívida; o controlo financeiro deixava muito a desejar; o mesmo se aplicava ao controlo administrativo relativamente a disciplina de horários, exclusividade de funções, abastecimento de géneros e equipamentos e fiscalização de obras.

Os excessos de horas extraordinárias ajudavam a aguentar o sistema, pois permitia dobrar o vencimento de médicos e enfermeiros, no fim do mês.

Quando o governo socialista quis pôr um pouco de ordem nas contas e cortou alguns gastos, nomeadamente nas horas extraordinárias, ao mesmo tempo que o demagógico corte de horas de trabalho para 35, para agradar à "geringonça", fazia aumentar a necessidade de pessoal, fez colapsar o sistema.

Tirando isto, é preciso ter a noção, que só pode existir um SNS (que nunca teve falta de dinheiro), que o estado da Economia e da Segurança Social permitir. E ficava bem aos políticos não andarem a prometer a vida eterna...

O estado da Justiça não lhe fica atrás e só não é tão grave porque não lida com a nossa saúde física. Mas lida com a saúde mental e o estado da nossa alma.

De facto, o modo de actuação, melhor dizendo, de paralisação da justiça, dói. E também dói na carteira, pois é cara. Porém, nada mais caro do que não haver justiça, a qual foi substituída pelo que se pode denominar de "exercício deletério do Direito".

A principal razão é a desadequação da estrutura e das leis à natureza humana e no nosso caso à idiosincrasia portuguesa (apesar de agora grande parte dos crimes serem cometidos provavelmente por estrangeiros e digo provavelmente porque infelizmente, oculta-se a nacionalidade, o sexo, a raça, a religião, dos cidadãos caídos nas malhas da lei). Tudo na justiça devia ser simples e objectivo, cabendo apenas uma subjectividade, sensível e natural, de bom senso aos juízes e procuradores, dado não estarmos no campo das ciências exactas. Ora tudo é complexo, ínvio, cheio de alçapões e com excesso de garantias. Pode ser considerado muito avançado, mas na prática não funciona. E mobiliza um tremendo conjunto de pessoas, com custos enormes, que não estão directamente ligadas com a criação de riqueza.

E agora começou a falar-se na necessidade de regulamentar o "lobbying" (as coisas que inventam), para obviar certamente a que muitos que incorrem na lei o deixassem de ser...

Mas a principal responsabilidade de tudo isto, tem de ser atribuída, mais uma vez aos políticos, nomeadamente ao Governo e à AR, que fazem as leis e ao PR que as promulga.

Um caso que resulta evidente do que atrás se disse e que queremos evidenciar pela sua importância maléfica é o tráfico e consumo de estupefacientes. Não passa agora um santo dia em que não haja notícias de apreensões de droga (o que só acontece por boa acção das forças de segurança e investigação em colaboração com a Força Aérea e Marinha e alguma troca de informação com a Interpol) o que é uma coisa completamente anormal e que prova que o tráfico está longe de estar controlado. Isto é intolerável e muito perigoso. Tão perigoso que existem países em que os traficantes mandam nos governos.

Como intolerável é, por estúpido, que o tráfico de droga sendo ilícito, o consumo é lícito! Como é que se compatibiliza uma coisa com a outra?

Ora o consumo - o que distingue um consumidor de um traficante é a quantidade de droga que lhe for apanhada, com que critério? - A droga tem de ser de uma vez por todas considerada um mal absoluto e irradiada. E só se consegue isso à moda de Singapura.

Pergunto, como se pode alguma vez combater este verdadeiro flagelo, quando há consumidores que vão para o governo, como se soube há pouco, com as notícias vindas a público do ex - que jamais devia ter sido ministro - Galamba? Alguém me sabe responder?

A missiva já vai longa e muitos assuntos (para aí uns 80%) ficam por tratar.

Vou tentar sintetizar o estado de desconchavo e deliquescência, do Estado e da Nação Portuguesa, lembrando o caso do "Reino do Pineal", pois nele confluem, reflectem e é consequência, dos principais erros atrás apontados.

O "Reino do Pineal" reflecte como um espelho a nossa imagem (surreal). Talvez por isso nunca mais se falou nele, nem no que deu.³

Perante tudo isto ser o país ultrapassado economicamente e em nível de vida, pela Roménia, nem sequer é grave. E pode seguramente ficar pior.

João José Brandão Ferreira

Oficial Piloto Aviador (Ref.)

³ Acastelam-se no horizonte pronúncias de guerras (para além das que já existem) e calamidades, inventadas e reais, a que Portugal dificilmente se eximirá. O discurso público ignora-as e nem deve passar pela cabeça de nenhum responsável fazer seja o que for para preparar o país para tais eventualidades